

1. O QUE É QUILOMBO

O presente texto foi produzido a partir de pesquisas efetuadas pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura que pretende desvelar a presença negra na história paranaense a partir do levantamento das comunidades quilombolas no Paraná, tarefa que conta com a parceria do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências.

Segundo Clóvis Moura (intelectual, pesquisador, historiador militante do movimento negro falecido em 2003)¹, a primeira referência a existência de quilombos em documentos oficiais portugueses data de 1559, mas em 1740 o Conselho Ultramarino, define-o como “*toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles*” (MOURA:1981, p.16), o autor define ainda quilombo como forma de organização socio-política, ligado ao conceito de resistência, inserindo os quilombos para além do contexto da escravidão, estendendo-o às dinâmicas de territorialização étnica ocorridas após a abolição. Este entendimento, significou a ampliação da concepção de resistência, que antes abarcava somente aqueles casos mais extremos de luta (quilombos isolados, rebeliões e insurreições) mas que atualmente inclui outras formas de luta, como o esforço do escravizado em acumular pecúlio para a compra de sua alforria, a formação de irmandades religiosas, clubes de negros, formação de família, etc., experiências de resistência e liberdade que mesmo não rompendo com o sistema escravista faziam diferença na vida dos escravizados (REIS, 1989). A construção do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, estipulando que “*Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*” origina-se desse contexto que se expressa nas demandas das comunidades negras rurais e do movimento social negro por titulação das áreas e também na assinatura de convenções internacionais de direitos humanos, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho².

2. A PRESENÇA NEGRA NOS CAMPOS GERAIS

“O preto era o mais sacrificado do mundo, a cor preta era escravejada. [...] Depois que acabou o cativo ficou uns quarenta anos, cinqüenta anos naquela escravidão ainda, que nem onça... já não havia mais coro... mais as vezes ainda batiam em algum, até matavam mesmo. Mesmo depois da escravidão. Eu mesmo fui muito sacrificado na vida de criança... eu tinha um sacrifício danado[...] eu fui escravo do mundo. Eu fui escravo do mundo. Escravo do mundo...meu pai foi escravo de fazendeiro, eu fui escravo do mundo, sofri muito” Sr. Julião, 81 anos, quilombola, depoimento colhido em 1995³.

A origem da presença africana no atual território nacional situa-se na implantação do Sistema Colonial que, insere-se no processo de formação e expansão do capitalismo, ou seja, o “*escravismo moderno floresceu com a expansão do capital mercantil e foi um dos fatores da acumulação capitalista, que transformou profundamente as relações econômicas viabilizando o surgimento da produção capitalista. A escravidão moderna foi fruto do mercado*”⁴. O atual Paraná insere-se nesta história a partir da conquista pela economia mundo nascente que impõem formas de uso do território e do trabalho: a primeira referência à presença portuguesa no atual território paranaense se dá em 1585, quando “*uma bandeira cativadora de índios [...] foi lançada contra os ‘carijó’ de Paranaguá*”⁵. A mão de obra escravizada indígena coexistiu com a africana, embora a escravização de africanos tivesse maior importância econômica⁶. O africano aparece no início da procura de ouro no litoral e posteriormente nas atividades do latifúndio pastoril⁷. Neste ponto é importante salientar que na África haviam povos com conhecimento especializado em mineração, metalurgia, agropecuária (uso da enxada, pastoreio de animais, uso de engenhos), etc.⁸ e, embora os povos indígenas tenham apreendido logo tais técnicas, estes saberes não deixavam de ser um capital cultural importante.

¹http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100027

²http://www.koinonia.org.br/OQ/analise_conjuntura_detalhes.asp?cod_analise=10

³ **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania nos pós-abolição. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. MATTOS, Hebe & RIOS, Ana Lúgão. p.121. grifos das autoras.

⁴ **A Chegada do Estranho**. Editora Hucitec:1993, MARTINS, José de Souza. 1993, p. 163-164. SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Preços e Profissões de Escravos no Paraná 1860/1887**, mestrado em História, UFPR, 1974. p. 73 apud NOVAIS, F. A. SP: CEDRAP, 1974.

⁵PIRES, Maria Lígia Moura. p. 41 *ibid*.

⁶ NOVACKI p.68. ABREU & MARCONDES. Houveram índios escravizados até o fins do XIX no PR.

⁷ IANNI, p. 29-32.

⁸ GENOVESE:1976, p.69-72.

Desta forma entende-se que o conhecimento dos povos africanos tornou-os atraentes para a escravidão devido a expansão do capitalismo mercantil europeu através da dominação da África e América⁹. Os africanos/afro-descendentes escravizados e livres eram os “pés e as mãos” dos fazendeiros, desempenhando funções de carpinteiros, marceneiros, arreeiros, tropeiros, administradores das fazendas, além de cultivarem a terra e, não raro atividades como de construtores e enfermeiros¹⁰. No tropeirismo em “meados do século XIX, as fazendas de criação de gado no Paraná se encontram articuladas”¹¹, característica que implica em teia de relações entre afro-descendentes/africanos escravizados e/ou libertos nas diferentes fazendas, o que ajuda a compreender os indícios da presença de escravos fugidos do Paraná na província do Rio Grande do Sul¹². A espacialização histórica dos quilombos em locais onde, no século XIX, existiam fazendas com mão de obra escravizada como Palmas, Candói, Castro, Guarapuava, Lapa, Ponta Grossa, Campo Largo e suas cercanias, demonstra que os afro-descendentes foram parte constitutiva da população paranaense, sendo matriz de suas realizações culturais: com o surgimento das comunidades negras nasceram formas de uso do território e do meio ambiente baseadas em tradições que remontam à ancestralidade que permeia todas as relações de trabalho, culturais e econômicas da comunidade¹³. Com o fim progressivo da escravidão¹⁴ e a crise do tropeirismo, os afro-descendentes continuaram as atividades costumeiras (plantio, criação de animais, colheita de erva-mate) sendo muitos os produtores independentes¹⁵. A presença afro-descendente na região foi captada por um general das forças legalistas no Contestado, que afirmava, serem os ocupantes da região nada além de “bandidos ou negros fugidos”¹⁶ – pensamento próximo ao do presidente de província que vetou a venda ou concessão de terras públicas aos “nacionais” na instalação de colônias no Paraná no final do XIX¹⁷, confirmando que o “empreendimento colonizador foi um dos projetos mais persistentemente perseguido pelo governo imperial, que nele investiu enormes recursos, assegurando aos colonos o pagamento de transporte, facilidades de instalação e manutenção e concessões de terra. Condições semelhantes jamais foram oferecidas a populações caipiras brasileiras que, então, formavam grandes massas marginalizadas pelo latifúndio.” – sendo parte destes nacionais/caipiras era afro-descendente.

2.1 A PRESENÇA NEGRO NO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE¹⁸

O processo de territorialização negra no Vale está articulada na expansão das frentes de mineração da *Freguesia de Iguape* rumo Rio Ribeira nos séc. XVII-XVIII. Desde meados do XVII até o descobrimento das jazidas auríferas em Minas, a extração do ouro foi a atividade predominantemente desenvolvida pelo empreendimento colonial na região do rio Ribeira. Para lá se deslocavam os colonizadores em posse de africanos escravizados, principalmente, de Guiné, Angola e Moçambique. Esse deslocamento originou os primeiros núcleos de povoamento rio acima: Ivaporunduva, Xiririca, Iporanga, Apiaí e Paranapanema. Além da atividade mineradora os africanos trabalhavam na agricultura. A mineração abria espaços para a libertação de escravizados que garimpavam de forma clandestina e “escondiam o produto de seu trabalho em garrafas e gomos de bambu, visando possivelmente a compra de sua liberdade junto a seus senhores.” (FIGUEIREDO:2001,p.2). Com o encerramento das atividades da Casa de Fundição de Iguape, ocorreu um descenso da mineração e um gradual incremento da cultura de cana, mandioca, café, feijão, fumo, milho e, posteriormente da monocultura do arroz. Essa alteração na dinâmica produtiva foi responsável pela mudança do povoado localizado no Ribeirão Iporanga para a margem do Rio Ribeira, conferindo ao arraial destaque como entreposto comercial entre o litoral e as localidades do rio acima, principalmente com o fortalecimento da produção do arroz e sua comercialização no mercado interno. Esses fatores marcaram o aumento da população escravizada no povoado que, em 1832, foi alçado à *Freguesia*. A exemplo de outras freguesias, fugas foram freqüentes em Iporanga. Parte do contingente que se libertou se dirigiu para

⁹ BALL, Charles. **O Livro Negro do Capitalismo**. Editora Record.

¹⁰ MARCONDES, G. G., ABREU, A.T.G. **Escravidão e Trabalho**. Guarapuava:UNICENTRO, 1991.

¹¹ SANTOS p.80; IANNI p.29: Caminho do Viamão ou “estrada do gado” passava pelas cidades de Laguaraiá, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Campo Largo, Lapa, algumas com quilombos.

¹² CHAGAS, M. et. al. p. 80.

¹³ HARTUNG, Miriam. **Comunidade do Sutil: história e etnografia de um grupo**. Mestrado, antropologia UFRJ, 2000. Em estudos sobre Sutil refere-se ao uso de várias palavras com origem africana.

¹⁴ A Lei Áurea encontrou no Paraná a maior parte da população afro-descendente livre.

¹⁵ WARCHOWICZ:1995, p.189, MAESTRI:2005, 246-8. Região de refúgio de derrotados na Farroupilha, muitos, certamente, afro-descendentes.

¹⁶ TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo, Brasiliense 1983. p.55. Guerra que pode ser entendida a partir da base Lei de Terras de 1850, fruto de uma nova etapa das relações capitalistas no campo e do ideário de branquear a população nacional pela colonização européia.

¹⁷ **O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná**. Editora Moinho do Verbo, 2001.

¹⁸ O quilombo do Varzeão, município de Dr. Ulysses, embora localizado no Vale, está historicamente vinculado a Sengés e com os processos políticos e econômicos dos Campos Gerais.

proximidades do Rio Pardo, onde sua sinuosidade e a dobradura dos morros que o circundam lhe dificultavam o acesso. Tanto os espaços de libertação criados pela mineração clandestina e pelas fugas de escravizados das lavouras, possibilitaram uma territorialização autônoma desses sujeitos em quilombos. Territorialização esta que aumentou ainda mais com a abolição em 1888. Desta forma a *presença autônoma ou relativamente autônoma das comunidades negras na região durante o período escravagista brasileiro permitiu configuração de territorialidades tradicionalmente constituídas, que se redefiniram ao longo do tempo, consolidando-se como os inúmeros bairros rurais habitados predominantemente por negros do Vale do Ribeira do Iguape.*” (CADERNOS ITESP p.65). A partir desta territorialização negra surgiram comunidades nas proximidades do Rio Pardo, município de Adrianópolis, que se autodeclararam remanescentes de quilombos: João Surá, Porto Velho, São João, Córrego das Moças, Córrego do Franco, Três Canais, Praia do Peixe e Sete Barras.

2.2 A PRESENÇA QUILOMBOLA NO EXTREMO OESTE PARANAENSE

Embora tenhamos acesso a pesquisas específicas sobre a presença negra na região, indícios sugerem que a formação de comunidades negras nos municípios de Guaíra e São Miguel do Iguazu está ligada a: I)O transito de gaúchos (famílias e agregados) através da Bacia do Prata em direção ao Mato Grosso para a extração e comercialização de erva mate e/ou em fuga das guerras da Bacia do Prata no final do XIX¹⁹; II)Migração de contingentes famílias negras de outras regiões para o trabalho em obras públicas vinculadas a questão das fronteiras (relato de comunidade negra de Guaíra); III) A forte presença negra e a formação de quilombos no Mato Grosso.

3. COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO SECULO XX

As reivindicações de regularização fundiária e reconhecimento étnico de quilombolas, faxinalenses, ribeirinhos indígenas entre outros, vinculam-se à indefinição jurídica e cartográfica de diferentes formas de uso da terra oriundas de diversas concepções de mundo²⁰. Esta “lacuna” na lei facilitou o surgimento de conflitos na “*região de Tibagi (1933-5 e depois em 1941), em Jaguapitã (1946-9), Campo Mourão (1948, 52), Porecatu (1950-51), Sudoeste (1950-57), Cascavel (final da década de 50 até 61), Alto Paraná (1961)*”²¹. Estes conflitos atingiram também quilombolas, conforme relatos orais e documentais: Varzeão (década de 70), Paiol de Telha (1950, 1970), Sutil/Santa Cruz (1950) e Serra do Apon (1950)²².

¹⁹ ARRUDA, G. **Frutos da Terra**. Ed. UEL, Londrina:1997. ANJOS, Rafael Sanzio. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil - Primeira Configuração Espacial**. 3. ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005. v. 1. 98 p.

²⁰ ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de.

²¹ BONIN, Anamaria Aimoré. **Movimentos Sociais do Campo**. et. alii. Criar Edições 1987, p.10. Quadro tem continuidade entre 1971-76 quando o Paraná esta entre os que possuem mais conflitos de terra em número de casos e grau de violência GRAZIANO, p.104.

²² Jornais , FETAP (STR).